APUBH

Órgão Informativo da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte

Ano I | Setembro/83 | n.º 1

28 de setembro

Dia Nacional de Mobilização pela Universidade Pública, Autônoma e Democrática

A APUBH, o DCE e a ASSUFEMG em defesa da Universidade



No dia 28 de setembro, quarta-feira, a APUBH, o DCE e a ASSUFEMG, a exemplo do que ocorrerá em todo o País, promoverão uma paralisação de professores, alunos e funcionários da UFMG para discussões da situação nacional, educacional e universitária. Serão realizados shows e palestras na área aberta próximo da Reitoria. Veja maiores informações na página 3.

Editorial

Em determinados momentos, idênticos ao que enfrentamos, indagamos constantemente: qual será a saída para todos nós?

Uma certa perplexidade paira sobre a Universidade e, até mesmo sentimentos de culpa em relação à miséria de nossa população são expressos, com o argumento de que somos previlegiados.

Quem defenderá a Universidade e seus interesses? E nossos salários? Quem levantará a voz em sua defesa? A comunidade universitária deve ou não se posicionar quanto à crise nacional? Acreditamos que sim, que ela deva se posicionar em relação à questão nacional, e que só ela poderá defender seu próprio trabalho e, mais diretamente, a Universidade como um todo.

Nosso papel não é somente colocar em funcionamento a máquina universitária. Também é procurar definí-la e defender os princípios, sobre os quais esta comunidade vem lutando. Da mesma forma, é essencial tentar transformá-la e, principalmente, manter uma forte ligação com toda a sociedade civil, de maneira que seu produto — o conhecimento científico — possa atender às necessidades da maioria da população brasileira.

Hoje, quando a Nação vive uma profunda crise econômica e social, no rumo de uma crise política, a comunidade universitária é chamada para uma tomada de posição.

O governo Figueiredo, ao implementar uma política entreguista, submete a economia nacional aos ditames do Fundo Monetário Internacional. O Decreto-lei 2045, que limita os reajustes salariais em até 80% do INPC, representa muito bem o saque que se realiza no bolso do trabalhador assalariado brasileiro.

O MEC, quando submete às universidades o documento intitulado "Diretrizes de Planejamento — Programação para 1984", implementa a mesma política de arrocho prá cima da educação e, em particular, sobre a Universidade — ver cadernos "Novos Caminhos", da APUBH.

Ao entender que numa situação como esta devemos realizar o maior esforço possível é que a APUBH propõe a participação de todos no dia 28 de setembro, quarta-feira, o DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA.

PARAR as atividades de rotina e aglutinarmo-nos para refletir a respeito deste momento da Universidade e da vida nacional será de grande importância, assim como será importante, demonstrarmos à população que a comunidade universitária está a seu lado, se posicionando e participando em busca de uma saída para nosso país.

Este é um chamado.

Como afirmou nosso querido Senador Teotônio Vilela: "Se está em perigo a soberania nacional, ninguém pode ficar de braços cruzados. Não se pode aceitar o conformismo, sob qualquer tipo de argumento".

DIA 28 DE SETEMBRO!
PARTICIPE!

Diretoria — APUBH.

Vitória dos professores em Santa Catarina

Exatamente 107 professores da UFSC recorreram à Justiça solicitando o reenquadramento por tempo de serviço já que na época do Decreto-Lei nº 85.487/80 não foi computado esse fator. A Justiça deu ganho de causa. Veja na página 3.

Goiânia será a sede do 8º CONAD, Conselho Nacional da Associação dos Docentes, nos dias 7, 8 e 9 de outubro.

A APUBH convocará brevemente uma assembléia para se discutir pontos que constarão da pauta do Conselho, a ser oportunamente divulgado, assim como para a escolha dos delegados.

2.045 — uma tentativa de arrocho

O Decreto-lei 2045, mais conhecido como quinze prás nove, foi uma fórmula encontrada pelo governo federal de satisfazer a exigência do Fundo Monetário Internacional quanto à redução dos déficits públicos. No entanto, ao mesmo tempo, ao acreditar que a política salarial é inflacionária, os responsáveis pela área econômica do país acabaram por reduzir ainda mais o já baixo poder aquisitivo dos trabalhadores assalariados brasileiros, com a limitação de 80% de aumento dos salários, com base no índice defasado do INPC, calculado pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Vale ressaltar que o cálculo desenvolvido pela Fundação, e que vale para todo o país, leva em consideração somente as variações de preços do mercado de vendas do Estado do Rio. Na hora da fixação do índice final ele é estendido a todo o país, o que sempre resulta num índice falso para os demais Estados. Além dessa defasagem, o INPC oficial tem outra característica que reduz ainda mais seu verdadeiro valor: ele é expurgado, isto é, variações de preços de produtos como combustível não são levados em consideração. É a *matemágica* dos Cavaleiros do Apocalipse para a obtenção de cálculos predeterminados e que possam satisfazer aos banqueiros credores internacionais.



O Decreto-lei 2024, já em desuso, e que foi resultado dos acordos realizados entre o governo federal e a presidente do PTB, Ivete Vargas — ele estipulava reajustes salariais de 100% para aqueles que recebem até 7 salários mínimos — foi rejeitado com grande demonstração de forças pelos deputados dos partidos de oposição, na última quarta-feira, dia 21, em Brasília. Agora, resta, para até o final de outubro, a briga pela aprovação ou não do quinze prás nove, ou 2045.

Tudo indica que ele será rejeitado pois o PMDB, o PT, o PDT e o PTB, além dos deputados do grupo dissidente do PDS, Participação, votarão contra, caso não ocorram modificações nos compromissos assumidos pelos deputados do PTB e dos 10 pedessistas dissidentes.

O que é necessária é a implantação de uma política salarial que acompanhe ou que supere o real valor inflacionário do país, que já atinge a mais de 150%, e não índices irreais e manipulados pelas autoridades governamentais da área econômica. O 2045 certamente será rejeitado. Dessa maneira, apesar de tardiamente, é necessária uma política salarial condizente com as necessidades do assalariado brasileiro.

Como as grandes conquistas recentes da população do país, como a anistia política, é o momento de uma exigência quanto a salários justos. Até o final de outubro, quando se espira o prazo para a votação do Decreto 2045, é importante a maior mobilização possível para rejeitá-lo e, em seguida, lutar por reajustes dignos.

Dentro desta luta, a Intersindical promoverá no dia 30 deste mês uma manifestação pública na Praça Sete, em Belo Horizonte, com o objetivo de despertar em todos os trabalhadores a força que possuem e os direitos de exigirem uma política salarial mais digna para todos.

Vá até lá e participe!
Dia 30 de setembro.

Margarida Alves, mais um nome que cai na luta pelos direitos da terra

A luta e a defesa pela posse de terras no País e, quase sempre, suas trágicas conseqüências, já são do conhecimento de todos. A corda estoura do lado mais fraco. Os mais fortes, os grandes proprietários de terras ociosas, e que têm o apoio e respaldo das forças de segurança, acabam por se utilizar da violência para afastar de seus caminhos os que defendem os direitos dos que lutam pela posse de pequenas áreas de terras e que reivindicam um pedaço de chão para plantar e morar. Em suma: para sobreviver. Nessa luta desigual, os desfechos violentos são inúmeros.

Recentemente, todos tomaram conhecimento de mais um desse casos, entre os inúmeros assassinatos de pessoas envolvidas na questão da luta de posse de terras brasileiras. Dessa vez, foi a morte de Margarida Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, mais precisamente no dia 13 de agosto último.

Os responsáveis por este ano, certamente grandes latifundiários paraibanos, ainda estão impunes e, como se não bastasse, continuam espalhando o terror e o medo pela região de Alagoa Grande.

Terezinha de Brito Braga, advogada do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas da Paraíba sofreu um atentado, no dia 26 de agosto em sua residência, às 1h30m, por parte de indivíduos que arremessaram bombas e dispararam armas de grosso calibre contra as janelas de onde se encontrava com o marido e filhos menores.

Advogada de posseiros, trabalhadores rurais e pequenos proprietários rurais em conflitos de terras, Terezinha Brito Braga, recentemente denunciou publicamente crimes praticados por policiais do denominado Esquadrão da Morte da Paraíba. São as causas da perseguição que vem sofrendo. No entanto, as ameaças surgiram logo após o assassinato de Margarida Alves, por pistoleiros de aluguel e do acirramento do conflito de terras entre os posseiros da fazenda Amazonas e Ismael da Cruz Gouveia, proprietário dela.

Da mesma forma, José Martins, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serraria; Wagner Braga Batista, diretor executivo da Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba; William Capim de Miranda, professor da UFPB; José Camilo e Sanny Japiassu, advogados; Cícero Leonardo, do CDDH de Guarabira, além de assessores do CENTRU, recebem constantemente ameaças idênticas às endereçadas a Terezinha Braga.

Como sempre, os crimes e ameaças continuam sem solução, apesar de inúmeras solicitações e exigências encaminhadas às autoridades governamentais responsáveis, como o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel e a ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz, por parte de diversas entidades que lutam em todo o País pela justiça e na defesa dos direitos humanos.

Além de esperar que o crime e as ameaças sejam apurados, a população brasileira merece um pronunciamento e uma satisfação a respeito deles, além de exigir uma acusação formal dos mandantes destes atos, por partes das autoridades constituídas. São obrigações inerentes aos cargos que ocupam e das quais não podem fugir, nem se omitir.

Manifesto dos mineiros à Nação

"A Nação vive hoje a crise econômica, social, política e institucional mais grave de sua história, colocando em jogo a sua independência, a sua soberania, o seu desenvolvimento, o bem-estar, o futuro e os anseios de liberdade dos brasileiros, exigindo uma ampla e vigorosa manifestação das suas forças mais vivas e conscientes, para por fim a esta situação calamitosa".

Este é o trecho inicial do Manifesto dos Mineiros à Nação, criado por várias entidades de classe, políticos e gente ligada a partidos de oposição, intelectuais e artistas do Estado, e que foi lançado oficialmente no dia 29 de agosto em Belo Horizonte, durante debate a respeito da atual situação política econômica do país. Dele participaram sindicalistas como Célio de Castro, do Sindicato dos Médicos de Belo Horizonte, Darci Ribeiro, secretário da Educação do Estado do Rio de Janeiro e economistas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG.

O objetivo do manifesto, além de divulgar as opiniões destas parcelas da população mineira, será recolher o maior número possível de assinaturas, até às vésperas da votação do decreto lei 2045. Após o recolhimento das assinaturas, o manifesto será distribuído e lido no Estado e em todo o país, em vários locais, como a Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, em Brasília, além de ser distribuído a toda a imprensa. A APUBH é uma das signatárias do documento.

Campanha para as diretas

No dia 19 de setembro, segunda-feira, foi lançada oficialmente, no plenarinho da Assembléia Legislativa, em Belo Horizonte, uma campanha conjunta envolvendo dirigentes regionais do PMDB, PT, PTB visando eleições diretas para a presidência da República em 84. De acordo com o 1º vice-presidente regional do PMDB, Manoel Costa, a criação da campanha se deu em função de "estarmos conscientes de que ou a Nação marcha para o voto direto ou marcha diretamente para o caos". Ainda segundo ele, "os partidos de oposição ao governo federal atendem aos clamores da sociedade, que já se manifestou e tem se manifestado de todas as formas pelas eleições diretas".

A formalização da campanha se deu com a criação de um comitê suprapartidário que, daquela data em diante trabalha basicamente em formular convites ao maior número possível de entidades civis, sindicatos, associações, federações, entre outras, para uma ampla participação na campanha, juntamente com os partidos de oposição, já representados.

Congresso Mineiro da Mulher Peemedebista

O Colégio Isabela Hendrix foi palco, no dia 20 de agosto, do I Congresso Mineiro da Mulher Peemedebista. Apesar de polêmico, foram aprovadas as seguintes propostas: eleições diretas para 1984; moratória junto aos credores internacionais; eleição da nova diretoria do Departamento Feminino do PMDB e aprovação do Conselho Estadual da Mulher.

O encaminhamento para a composição do Conselho ficou a cargo da Diretoria, por delegação do governador Tancredo Neves. Este encaminhamento, no entanto, ainda não definiu uma resposta, uma vez que as tendências políticas internas que confluíram na eleição da Diretoria não concordam com os nomes propostos pela atual presidente, Junia Marise.

Neste momento, mais do que nunca, é necessária a presença mais ampla possível das mulheres mineiras peemedebistas, na composição da Diretoria do Departamento Feminino, uma vez que a composição do Conselho deverá exprimir o peso político das mulheres, a nível estadual.

Por outro lado, a crítica que fica a todo o processo que vem se alastrando desde o dia 20 de agosto é que, enquanto as representantes do movimento popular não consultarem seus representados nos processos decisórios de escolhas ou indicações para os cargos mais relevantes , continuarão a ocorrer inversões, no que deveria ser uma autêntica representação nas instâncias deliberativas do processo político do país.

A composição da Diretoria do Departamento Feminino é a seguinte: presidente — Júnia Marise; 1ª vice-presidente — Yedda da Silva Barrosos; 2ª vice — Maria Zélia Castilho; Secretária Geral — Luzia Ferreira; 1ª secretária — Jô Socorro Moraes; 2ª secretária — Maria Enéas Mendes Miranda; 3ª secretária — Nasta Hanna Monteiro; Tesoureiro Geral — Maria Letícia Melo; 1ª tesoureira — Terezinha Ursini; 2ª tesoureira — Letícia Martins; representantes junto à Comissão Provisória Nacional — Nair Barbosa Guedes e Nízia Carone.

Ana - Medicina

Manifestação dia 30 de setembro

O Decreto-Lei 2.045, mais uma vez, é o alvo de uma manifestação, marcada inicialmente para a Praça Sete.

Esta manifestação está sendo convocada pela Intersindical Mineira.

Vamos todos lá, para dar uma demonstração concreta de intensificação da campanha contra o atual regime e o estado de coisas que ocorre neste País. Vá e divulgue.

Expediente
Órgão Informativo da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte.
DIRETORIA
Presidente:
Luís Pompeu de Campos
1º Vice-Presidente
Rodolfo de Braga Almeida
1º Secretário
Nilcéia Gomes
2º Secretário
Lucília Regina Machado
1º Tesoureiro
Arnaldo Afonso Barbosa
2º Tesoureiro
Ivanise Miranda de Novais
Suplentes
Paulo dos Reis Corrêa
Olga Baeta
Endereço
Avenida Álvares Cabral 211
Sala 1502 — Belo Horizonte
Faculdade de Direito
Jornalista Responsável
Ronaldo Almeida
Registro Profissional Nº 2.705
Diagramação
Dione Dutra
Impressão
Gráfica S/A Estado de Minas

Vitória de professores em Santa Catarina

Nada mais nada menos do que 107 professores da Universidade Federal de Santa Catarina recorreram à justiça no sentido de ser revisto o enquadramento feito por aquela universidade, por ocasião do Decreto-Lei nº 85.487/80, por entenderem que não foram computados seus tempos de serviço. O resultado foi que a Justiça Federal deu ganho de causa a eles.

Dessa forma, eles foram reenquadrados e beneficiados com a mudança de até dois níveis, com o direito de receberem os atrasados desde 23 de março — as diferenças salariais com acréscimos de juros e correção monetária. O reenquadramento é retroativo a 1º de janeiro de 81.

A diretoria da APUBH tem em mãos todo o processo dos professores de Santa Catarina, encaminhado pelos seus advogados de defesa e já prepara um estudo da questão para casos idênticos em Belo Horizonte. Para tal, já foi contatado o advogado Patrus Ananias. Em breve será convocada uma reunião dos interessados.

Opiniões

A pergunta "Como você vê o futuro da Universidade brasileira?", foi feita à vários integrantes da vida universitária de Belo Horizonte. Veja a seguir as respostas:

Márcio Quintão Moreno — Pró-Reitor Administrativo:

"Eu vejo o futuro da Universidade brasileira com preocupação, uma vez que, aparentemente, o atual governo não vem investindo nestas entidades como uma matéria prioritária de interesse nacional. A continuar o tratamento que as universidades públicas vêm recebendo nos últimos anos é de se temer que elas venham a se tornar inoperantes ou que tenham que sofrer uma alteração tão grande em suas funções que fiquem descaracterizadas como instituições".

Celso Vasconcelos Pinheiro — Diretor da Faculdade de Arquitetura:

"Acredito no futuro da universidade brasileira porque o atual estado de coisas não vai durar eternamente. Esta confiança existe em função da crença em uma mudança positiva no país, que virá. Por outro lado ela reflete também uma insatisfação com a realidade atual da universiadade brasileira.

Com relação à falta de recursos, isto ocorre devido à política educacional do governo. No entanto, se ocorrer falta de todo o dinheiro destinado às universidades, ainda assim se terá condições de fazer e de se continuar a fazer uma verdadeira universidade no país".

Celson José da Silva — Diretor da Faculdade de Filosofia

"Eu vejo com muita seriedade o futuro da universidade brasileira porque, hoje, tem-se dado muita ênfase ao fator *recursos*, em primeiro lugar, apesar de os péssimos salários de docentes e técnicos administrativos serem fatores que causam um certo desânimo interno, com reflexos nos setores de ensino, pesquisa e extensão.

Esta instituição necessita ir de encontro à sua própria identidade e da afimação de sua crença perante a opinião pública, fazendo jus a seu princípio de valor".

Cid Veloso — Diretor do Hospital das Clínicas:

"Por um lado, a perspectiva política da Universidade brasileira é bastante favorável, pois podemos perceber um clima de renovação, fermentação de idéias e contestação que poderá propiciar a criatividade e o crescimento. Este clima pode ser sentido nos movimentos de democratização interna e externa, e na progressiva integração da Universidade com a comunidade.

Por outro lado, o apoio do poder público à Universidade tem sido cada vez maior, especialmente com relação aos recursos financeiros, o que extrapola a conjuntura atual do país, já que a Universidade é colocada numa falsa disputa de prioridade em relação aos cursos de 1º e 2º graus, quando o verdadeiro problema é a política geral de prioridade do governo, que nos parece inadequadas".

Ramayana Gazzinelli — Departamento de Física — ICEX

e Todos nós nos preocupamos co a atual situação de pobreza porque passa a Universidade, provocada em parte pela crise do país, e em parte pelo desinteresse de políticos e governo por ela. Creio, porém, que ela poderá vencer a crise se enfrentá-la de frente. Isto significa adaptar-se aos novos tempos, ao mesmo tempo em que luta externamente para garantir os recursos mínimos necessários à sua sobrevivência. Se não fizer isto, e se limitar a lamuriações, está ameaçada de perder os poucos grupos de pesquisas estabelecidos com tanto esforço, que a qualificam como Universidade de fato. Tudo faz crer que nossa Universidade, em particular, está tentando seguir esta linha.

Mas, preocupa-me muito mais do que esta crise conjuntural, a doença que grassa por todo o corpo da instituição e que pode ser letal em sua infância ainda. Pode-se observar de maneira muito clara, uma negação dos valores universitários verdadeiros e uma perda de rumo que se manifesta de várias maneiras: a confusão de qualidade acadêmica com elitismo (há professores em nossa Universidade que se consideram ofendidos se chamados de intelectuais), a desvalorização da carreira docente, que está sendo convertida, por nós mesmo, em questão de tempo de serviço, como nos quartéis; a confusão de democracia com assembleismo irresponsável; a preeminência de fatores administrativos sobre acadêmicos; e, finalmente, o mais grave, a substituição da crítica pelo dogmatismo ideológico.

Tenho esperança, porém, que com seus quase mil anos de existência, tendo passado por crises mais amplas e profundas. a instituição universitária se aparelhou adequadamente e poderá vencer mais esta. Mas isto depende do nosso trabalho e não do governo.

Dia Nacional de Mobilização da Universidade Brasileira — APUBH, DCE e ASSUFEMG em defesa da Universidade

Durante os dias 3 e 4 de setembro realizou-se na PUC de São Paulo, o 1º Seminário Nacional ANDES-UNE-FASUBRA a respeito da reestruturação da Universidade brasileira. Pela primeira vez no País, na história universitária, delegados dos três segmentos que integram a vida acadêmica, tanto do setor público como privado, reuniram-se para discutir a luta pela reestruturação e traçar plataformas comuns de ação. Além da troca de experiências e propostas de cada um dos segmentos, os professores, estudantes e funcionários presentes concordaram e foram unânimes em afirmar que a situação cada vez mais grave da universidade, no que se refere à falta de verbas, à tendência à privatização e ao arrocho salarial de professores e funcionários está diretamente ligada à crise geral do País, além das propostas de solução que o governo vem encaminhando através dos acordos com o FMI.

Em conseqüência dessa situação, as entidades participantes do seminário consideraram fundamental que a universidade se insira no conjunto das lutas de todos os brasileiros contrários a tal estado de coisas e, além disso, que desenvolva também o debate e a mobilização em seu interior, em defesa da univervesidade pública, autônoma e democrática que todos almejamos. Da mesma forma, que atue contrário aos cortes de verbas, da privatização crescente e da estrutura autoritária do poder vigente.

Assim, o dia 28 de setembro foi definido como o primeiro dia no qual os três segmentos se mobilizarão unificada e nacionalmente contra a política econômica, os acordos com o Fundo Monetário, em favor das eleições diretas para a presidência da República e pela alteração da atual política universitária. Simultaneamente, os dirigentes da ANDES, UNE e FASUBRA irão, nesse dia à Brasília a fim de encaminharem o documento "Carta de São Paulo" ao Congresso Nacional, no qual se posicionarão acerca de suas exigências de reestruturação da universidade e das questões nacionais levantadas.

Durante este dia, nas universidades brasileiras, serão desenvolvidas atividades de protesto e mobilização conjuntas, nas quais serão discutidas a situação nacional, e universitária. Este fato reveste-se de grande importância, não só pelos motivos acima mencionados, como também pela unificação política de professores, funcionários e estudantes que, pela primeira vez, assumem conjuntamente uma luta.

Na UFMG, a APUBH, o DCE e a ASSUFEMG propõe a paralisação das atividades dos professores, alunos e funcionários durante todo o dia 28 e suas participações conjuntas em duas atividades que se desenvolverão no campus, ao ar livre, em torno da Reitoria. Pela manhã, haverá um grande debate a respeito da atual situação nacional e das alternativas propostas pelos partidos políticos diante da crise. Do debate participarão lideranças nacionais do PMDB, PDT, PT, PDS e PTB. A tarde, se realizará um grande *show* com artistas mineiros e da própria UFMG.

A proposta de realização de um debate político precede-se à constatação de que a resolução da crise vivida pela universidade brasileira depende do encaminhamento das grandes questões nacionais de hoje. Além disso, depende também do fato de tornar-se cada vez mais urgente o desenvolvimento da discussão política e da mobilização dos setores organizados da sociedade civil, na qual a Universidade tem um destacado papel a desempenhar.

Sucessão e eleição direta

Após uma sucessão de mandatos distantes da vontade popular, o processo político federal brasileiro continua. Exigências de vários setores da população — partidos políticos, empresários, associações, federações, sindicatos, do movimento estudantil, entre outros — quanto à necessidade das eleições diretas em todos os níveis, principalmente para a presidência da República, já em novembro de 84, se fazem presentes e constantes hoje em dia.

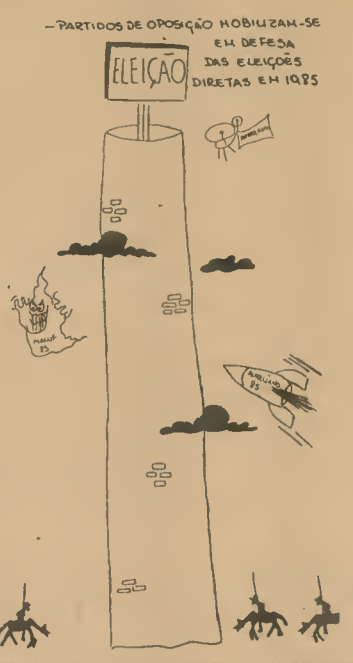
No entanto, a demagogia e a retórica governamentais continuam.

Tanto o presidente Figueiredo quanto o excelentíssimo senhor ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, afirmam e teimam em afirmar, constantemente, que o novo presidente da República será escolhido por meio de "amplas consultas" à vários setores da população brasileira, ou, como diz Leitão de Abreu, o presidente Figueiredo escolherá como seu sucessor, para a aprovação do atual Colégio Eleitoral, adjetivado corretamente como espúrio, o político que mais corresponder às exigências do País. Ora, o que é essa exigência, senão a própria eleição direta? Por ampla consulta e por candidato que represente a exigência do País se entende eleição direta, logicamente.

Entretanto, por mais boa vontade (taí o paternalismo governamental na figura do atual presidente da República) que Figueiredo possa ter para a escolha do nome para sucedê-lo, o que todo o País quer e exige agora é a realização do pleito direto.

A tese de políticos mais conservadores, mesmo de partidos de oposição, de que o momento político exige um nome para suceder ao atual presidente, dando continuidade ao processo sucessório, para uma posterior eleição direta, daqui há 5 ou 6 anos, não é viável. O perigo de retrocesso será o mesmo hoje ou daqui há alguns anos.

Que não seja este temor que impeça levantarmos ainda mais a bandeira das eleições diretas em todos os níveis. Exemplos dessa luta estão aí, na presença e atuação de políticos mais autênticos e progressistas como o senador Teotônio Vilela, com seu Projeto de Emergência.





Hospital das Clínicas
Orgão Suplementar da Reitoria

Em reunião ordinária realizada no dia 2 de setembro, em prosseguimento às discussões e aprovações dos *novos ordenamentos da UFMG*, o Conselho Universitário deliberou pela aprovação da proposta que propunha a caracterização do Hospital das Clínicas como um *órgão suplementar* vinculado à Reitoria. Nesse caso, o Conselho Diretor será formado por representantes do "Campus da Saúde".

A definição do Conselho Universitário foi assumida amplamente por seus membros, com 45 votos a favor, contra as opiniões dos diretores das faculdades de Medicina e de Direito, e dos representantes da Congregação das faculdades de Medicina e de Arquitetura, perfazendo um total de 4 votos.

Dessa forma, abre-se uma outra alternativa para a Universidade. Com essa nova característica, o Hospital das Clínicas se transforma num centro de atividades práticas que poderá abrigar, indiscriminadamente, qualquer área universitária que nele queira atuar.

Salvador

Funcionários e alunos do Hospital das Clínicas de Salvador, Bahia, encontram-se em greve há 30 dias devido à falta de verbas. Com esta paralisação está ocorrendo uma gradual, redução nos serviços de atendimentos daquele hospital. Hoje, não existem perspectivas de solução do impasse criado.

I Encontro dos Servidores Públicos Mineiros



Com um número considerado reduzido de participantes, aproximadamente cem, representando todos eles entidades públicas da capital, já que não compareceu sequer um representante de cidades do interior do Estado, realizou-se no sábado, dia 17 de setembro, na Faculdade de Direito da UFMG, o I Encontro dos Servidores Públicos Mineiros, federais, estaduais e municipais. O encontro foi pouco representativo, se for levado em consideração o trabalho que o movimento tem pela frente. No entanto, há de se ressaltar que foi fado um passo importante para uma maior organização da classe, já que as dificuldades inerentes a este tipo de mobilização são muitas.

A reunião da Comissão de Trabalhos definiu as seguintes reivindicações, levando em consideração o Encontro Nacional e o próximo Congresso Nacional da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil: reajuste salarial semestral, com índice já em estudo pelo DIEESE, para reivindicação a partir de novembro deste ano; 13º salário; piso salarial, a ser estudado e definido no congresso da C.S.P.B., em outubro; elaboração de um novo estatuto do servidor público com a participação das entidades representativas; participação dos servidores nos órgãos de deliberação das repartições públicas com direito a voz e voto; aposentadoria especial em 25 anos para os que exercem funções insalubres; direitos de sindicalização e de greve; exigir o cumprimento da lei quanto à contratação de novos servidores somente através de concurso público e pagamento da insalubridade.

Com relação às questões políticas, foram aprovadas as seguintes posições: contra o Decreto-lei 2045; contra a política econômica do governo; pelo rompimento dos acordos com o FMI; pela soberania nacional; por eleições diretas para a presidência da República; por uma Assembléia Nacional Constituinte e pela liberdade de organização política.

Também foi aprovado no encontro que as eleições para a Federação dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais e da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil sejam realizadas em um congresso em 1.984 e, de forma direta, em 85.

Quanto ao calendário de lutas, ficou provado o seguinte: iniciar a campanha salarial ainda este mês, em reuniões por locais de trabalho; promover, no período de 24 a 28 de outubro, uma Semana de Mobilização dos Servidores Públicos; entregar ao governo um documento contendo as reivindicações; transformar o dia 28 de outubro, Dia do Servidor Público, no Dia Nacional de Manifestações e realizar assembléias gerais em cada Estado, na segunda semana de novembro, a fim de se decidir os rumos do movimento, em função da resposta do governo federal.

A APUBH participou dos trabalhos, por meio das presenças de três professores: Luis Pompeu de Campos e Rodolfo Braga, integrantes da diretoria, e Egléa, Conselheira da Medicina. Confirmou-se, infelizmente, a pouca identificação dos professores universitários com os servidores públicos federais. De qualquer maneira, a entidade esteve representada e participativa, pensando justamente em estender a hoje frágil ligação existente com os servidores públicos federais, para obter resultados mais positivos num futuro próximo.

Rodolfo Braga
APUBH

Servidores Públicos Federais

Nos dias 9, 10 e 11 de setembro, realizou-se no Rio de Janeiro o II Encontro Nacional dos Servidores Públicos Federais, que contou com a participação de 107 delegados representativos de 64 entidades, sendo 4 delas nacionais. Os principais pontos deliberados no encontro foram: a forma organizacional do movimento, apresentada pela ANDES e aprovada pelos participantes — o movimento dos servidores públicos federais terá uma *comissão nacional* composta pelas *Entidades Nacionais* máximas do funcionalismo público federal e 1 (um) *representante por Estado*, indicado pela *Comissão Estadual*.

A Comissão Estadual será composta pelas Entidades existentes no Estado e representantes de locais de trabalho, onde não exista nenhuma entidade. As representações de locais de trabalho deverão preencher as seguintes condições: os representantes devem ser eleitos em Assembléia Geral, convocada pela Comissão Estadual, com a presença de um representante dessa comissão. Nestas assembléias, deve-se estimular a criação de Comissões Pró-entidades.

A comissão estadual deverá definir o número mínimo de funcionários, a fim de que os locais de trabalho possam ter representação. Fica a cargo da Comissão Nacional definir o local e as formas de funcionamento da Secretaria.

Cut-Conclat

A grande polarização das discussões do II Encontro Nacional dos Servidores Públicos Federais se deu em torno da questão do CONCLAT de São Bernardo do Campo e da criação da CUT, e a grande polêmica se desenvolveu em torno do *reconhecimento ou não* dos dois organismos pelo Encontro.

Como questão preliminar, se fez um encaminhamento pela mesa, através do companheiro Lorenzetti, de que o II Encontro não se constituía num fórum para deliberação a respeito do reconhecimento ou não do CONCLAT ou da CUT. Após muitas intervenções, o encaminhamento foi votado e rejeitado.

Nós, delegados da APUBH, fomos favoráveis a este encaminhamento por entendermos que, além do ponto não constar explicitamente da pauta, ele não fora suficientemente debatido em nossa entidade além do que, naquele momento, a luta dos servidores públicos se constituía na questão fundamental a ser debatida.

Reivindicações

Dentro da pauta de reinvindicações elaborada no II Encontro ficou estabelecido os seguintes pontos, incluindo-se as reivindicações básicas dos servidores — direitos de greve e de sindicalização, novo estatuto, 13º salário para estatutários e qüinqüênio para seletista e reposição salarial em novembro de 83, com a percentagem perdida durante o ano: remessa deste novo estatuto ao Congresso Nacional, sem possibilidade de aprovação por decurso de prazo; reajuste semestral de acordo com o INPC do DIEESE; piso salarial de três (3) salários mínimos; jornada de 6 horas de trabalho diárias, sem prejuízo dos direitos adquiridos, mas que não conste de imediato como uma bandeira de luta; concurso público para admissão no serviço; não-aprovação de Decreto 2045, pelo fim da LSN, entre outras.

Constam do cronograma de lutas dos servidores públicos os seguintes pontos: adoção do calendário e do plano de lutas tirado no I Conclat; Dia Nacional de Lutas contra o Decreto 2045, em 30 de setembro; realização de reuniões por locais de trabalho e nas cidades do interior do Estado, em setembro; a realização da Semana Nacional da Mobilização dos Servidores Federais, de 24 a 28 de outubro; Dia Nacional de Luta, em 28 de outubro; realização de Assembléias Gerais na primeira quinzena de outubro, entre outros pontos.

Após exaltadas discussões, foi aprovada a proposta que, *em síntese*, reconhece o CONCLAT de São Bernardo e a CUT, entendendo que é importante se desenvolver uma ampla discussão sobre o assunto nas bases do movimento. Este resultado provocou protestos, ficando bantante clara a divisao do plenário em torno da questão.

A ANDES votou na proposta aprovada e apresentou a plenário a seguinte declaração de voto: "A ANDES esteve em São Bernardo, entendendo que era necessária a participação nos dois Conclats e a busca insistente da unificação do movimento sindical. Em São Bernardo, a ANDES votou pela criação da CUT, *aberta a todos os setores da classe trabalhadora.* Ainda naquela ocasião, ficou muito claro que a filiação ou não da ANDES à CUT dependerá de ampla discussão das bases do movimento e do Congresso da Entidade. A ANDES, por ter votado nesta proposta, *não se sente atrelada a nenhuma corrente do movimento sindical.*

A discussão a respeito da CUT e do CONCLAT ocupou a maior parte do tempo, sendo somente discutida a pauta de reinvindicações e o cronograma de lutas já em seu final, quando se esgotava o prazo marcado para o encerramento do encontro.

Pompeu e Lucília Machado

Conclat — São Bernardo

O I Congresso das Classes Trabalhadoras, realizado em 81, em Praia Grande, São Paulo, definiu um plano de lutas e elegeu a Comissão Nacional Pró-Cut, a fim de garantir seu encaminhamento. Desde então, essa comissão demonstrou grande debilidade em conduzir o que lhe foi determinado, acrescida das dificuldades políticas de constituição das coordenações regionais. Apesar das dificuldades, ficou estabelecido para agosto de 83 o II Conclat.

Desta forma, vários estados realizaram seus Enclats e vários deles, inclusive Minas Gerais, já prevendo problemas, se posicionaram contra tentativas de divisões e pela unidade do Movimento Sindical.

Entretanto, cerca de 2 meses antes da data marcada, surgiram sérias divergências dentro da comissão, e uma fração importante dela passou a discordar da forma como era encaminhada sua organização. A alegação era de que se escolhia paralelamente um grande número de delegados, alguns até mesmo estranhos às suas entidades, com subsídio de dólares vindos do exterior. A partir daí, se concretizou uma profunda divisão dentro do movimento sindical, acarretando danos e conseqüências, o que dificultou a unidade tão necessária e desejada pelos trabalhadores.

O Conclat de São Bernardo, representou, então, somente uma fração, embora importante, do movimento sindical do País. Apesar do grande número de participantes, se reuniram lá somente 15% dos sindicatos operários, além da Contag — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Vários sindicatos que contribuíam para o movimento não enviaram representantes.

O Conclat, marcado para novembro próximo por uma fração de lideranças do MS, com toda certeza, não será também um evento de unidade, pois sua articulação demonstra sérias posturas divisionistas, o que impede um participação ampla dos trabalhadores. O que presenciamos nos últimos meses, nos leva a concluir que esta divisão no Movimento Sindical ocorre em função de uma disputa de liderança e de tomada de poder.

A CUT, criada em São Bernardo, representa isto e passa, inclusive, por cima das intersindicais que foram retiradas nos encontros estaduais unitários. Hoje, existe um risco de surgimento de outras CENTRAIS ÚNICAS, com graves prejuízos para os trabalhadores.

Os professores e a ANDES têm um importante papel a cumprir neste momento. É preciso que nos preocupemos com a unidade interna do Movimento e com o avanço dos movimentos populares. Uma entidade deve conter as diversas ideologias em seu interior, mas o interesse da comunidade universitária e do povo em geral deve estar acima dela.

Egléa Maria da Cunha Melo —
Rosangela Carrunca Alvim.
Delegadas no Conclat.

O I Conclat, por vários motivos, acabou se transformando num fato histórico. Primeiro, porque os trabalhadores organizados sem seus sindicatos e associações responderam maciçamente à convocação. Em segundo, porque assistimos à implantação de condições e capacidade políticas dos trabalhadores de se unirem de maneira autônoma.

Ao contrário do período pré-30, quando os encontros dos trabalhadores eram dificultados pela dependência que tinha a estrutura sindical em relação ao Ministério do Trabalho, e dos movimentos operários e sindicais aos partidos políticos, o Congresso deste ano iniciou uma ruptura do atrelamento sindical, marcando uma presença política dentro do conjunto da sociedade civil.

Anteriormente, o movimento sindical era bastante dividido quanto à oportunidade de se criar a CUT. Pensava-se numa central provisória, a ser melhor definida a partir das negociações entre as diversas correntes sindicalistas. Desde o primeiro dia, no entanto, sentiu-se que a aspiração para a criação imediata da CUT se tornaria unanimidade. O I Conclat criou, portanto, a CUT, a primeira na história dos trabalhadores brasileiros, que foi definida como "uma direção capaz de encaminhar de forma organizada, à nível nacional, as lutas comuns dos trabalhadores".

Os professores universitários ligados à APUBH encontraram em meio à multidão dos trabalhadores, presente em São Bernardo, seus colegas do País, reunidos na ANDES, e procuraram as melhores formas de se unirem ao movimento geral dos trabalhadores. A presença de vários colegas universitários nas representações da CUT à nível estadual manifestou a inserção da luta por uma Universidade democrática, ao serviço da sociedade brasileira, por meio do trabalho intelectual e das lutas específicas em torno das reinvindicações da categoria.

Michel Marie le Ven
Fafich — Delegado no Conclat.